



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE BRINQUEDOPRAÇA, LOCALIZADA
NA ESTRADA PÉ DA SERRA, S/N, NO MUNICÍPIO DE MACAMBIRA SE.**

ÓRGÃO REQUISITANTE: SEDURBI
SETOR RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: SPP
DATA: ABRIL/2026

Rua Vila Cristina, nº 1.051, Bairro Treze de Julho – Aracaju/SE

CEP: 49020-150



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo técnico preliminar para solução visando atender necessidade de Execução da Implantação de Brinquedopraças, na Estrada Pé de Serra S/N, localizado no Município de Macambira SE.

1. - **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE** – art. 26, I, do Decreto Estadual nº 342/2023

Execução da Implantação de Brinquedopraças, na Estrada Pé de Serra S/N, localizado no Município de Macambira SE. A Implantação representa um importante espaço público importante para comunidade, devido ao fortalecimento da economia local.

Estes serviços visam proporcionar melhores condições de uso à comunidade, incentivar a prática de alimentação saudáveis, além de fomentar a economia local.

2. - **PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL** – art. 26, II, do Decreto Estadual nº 342/2023

A contratação está prevista no Plano Plurianual para o período de 2024-2027, Lei Estadual nº 9.371/24.

Será publicada Instrução Normativa para dispor a respeito do plano de contratações anual, nos termos do que determina o art. 21 do Decreto Estadual nº 342/2023:

Art. 21. A Secretaria Especial de Gestão das Contratações, Licitações e Logística - SECLOG elaborará, conforme regulamento, o Plano de Contratações Anual do Estado, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

3. – **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS** – art. 26, III, do Decreto Estadual nº 342/2023

3.1. Critérios de sustentabilidade: é importante priorizar fornecedores que adotem práticas de sustentabilidade.

3.2. Padrões mínimos de qualidade: é importante que o serviço prestado, assim como todos os insumos utilizados, atenda aos padrões mínimos de qualidade exigidos pela SEDURBI, garantindo a segurança e eficiência das atividades desenvolvidas.

3.3. Preço: é importante considerar o preço dos serviços prestados, garantindo que a solução seja econômica e compatível com o orçamento disponível.

3.4. Observância às leis e regulamentações específicas: é fundamental que os fornecedores sejam legalmente estabelecidos e estejam em conformidade com as regulamentações específicas da área, especialmente:

3.4.1. Os serviços objeto deste ETP deverá ser executados por empresas especializadas em serviços técnicos de engenharia civil.

3.4.2. Comprovar estar devidamente inscrita e habilitada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU, no estado de sua sede ou seu domicílio para o exercício das atividades.

3.4.3. Comprovar possuir Capacidade Técnico-Operacional, mediante apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executada obra(s) e/ou serviço(s) com características técnicas, quantidades e prazos compatíveis com o objeto.

3.4.4. Comprovar possuir em seu quadro permanente, ou ter à sua disposição na data da licitação, profissional (ais) de nível



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

superior, detentor (es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, registrado(s) no CREA ou no Conselho Profissional competente, que demonstre(m) que o(s) mesmo(s) possua(m) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART por execução de serviços de características técnicas semelhantes às do objeto.

4. – **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES** – art. 26, IV, do Decreto Estadual nº 342/2023

Os serviços e seus respectivos quantitativos foram estimados de acordo com o projeto concebido e encontram-se na planilha orçamentária anexa, elaborada com base no sistema ORSE/SINAPI, na forma da Lei nº 14.133/21.

5. – **LEVANTAMENTO DE MERCADO** – art. 26, V, do Decreto Estadual nº 342/2023

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Após a verificação do objeto demandando, foi realizado o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

- a) O objeto demandado já foi anteriormente contratado pela SEDURBI e possui contratações similares feitas por outros órgãos do Estado e demais entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;
- b) Promover o desenvolvimento integral na primeira infância e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, e é especialmente voltado às crianças e à comunidade local. o uso sustentável do espaço público e resgatando seu valor simbólico para a cidade;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

- c) Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido;
- d) Tendo em vista que o objeto está enquadrado como obra, mostra-se adequada a adoção da modalidade concorrência, na forma da Lei nº 14.133/2021, para contratação de empresa;
- e) Tendo em vista as considerações aqui apontadas, mostra-se mais adequada a adoção do tipo “menor preço” para a seleção do fornecedor;
- f) Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto no DFD, neste ETP e que deverão ser detalhadas no Projeto Básico;
- g) As demais exigências de habilitação deverão ser definidas em Edital.

6. – **ESTIMATIVA DO VALOR POTENCIAL DA CONTRATAÇÃO** - art, 26, VI, do Decreto Estadual nº 342/2023

O valor total para a execução das obras e serviços objeto deste Estudo foi estimado através levantamento de quantitativos, baseados no conjunto dos projetos gerando a planilhas **ORSE nº 18 no valor total de R\$ 359.587,47 (trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos)) referentes ao mês de janeiro/2026 (ORSE e SINAPI)**, estimado na forma da Lei nº 14.1333/2021, conforme orçamento detalhado em anexo.

Neste valor estão incluídos todos os custos, impostos, taxas, tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e outros que, direta ou indiretamente, decorram da execução da obra e dos serviços objeto deste Estudo.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

7. - **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** – art. 26, VII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Contratação de empresa especializada em engenharia, para Execução da Implantação de Brinquedopraças, na Estrada Pé de Serra S/N, localizado no Município de Macambira SE.

8. - **JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO** – art. 26, VIII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Não haverá parcelamento da contratação por não se vislumbrar técnica ente viável economicamente vantajoso, conforme preceito contido no art. 47, II da Lei nº 14.133/2021.

Tratando-se de obra, não é possível fazer o parcelamento, haja vista que os serviços a serem executados são interdependentes e o seu fracionamento poderá acarretar comprometimento da segurança do objeto.

9. - **JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

A participação de consórcios mostra-se viável, quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame, conforme a definição trazida pela Lei no 14.133/2021, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco e serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consorcio.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

10. – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – art. 26, IX, do Decreto Estadual nº 342/2023

Com a Implantação das Brinquedopraças, com requalificação dos passeios, mobiliário urbano e áreas comuns, aumento da segurança e conforto dos usuários com a recuperação de calçadas, iluminação pública, e sinalização adequada, valorização paisagística, com implantação de áreas verdes, jardinagem e drenagem superficial eficiente, promoção da acessibilidade, assegurando que o espaço possa ser usufruído por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, estímulo ao turismo local e à economia criativa, por meio da criação de espaços adequados para atividades comerciais, culturais e de lazer, fortalecimento do sentimento de pertencimento da comunidade, que passará a contar com um espaço público para convívio, para atividade local e integração social para todos.

11. – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS – art. 26, X, do Decreto Estadual nº 42/2023

Para viabilizar a execução do objeto, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Elaboração e aprovação dos projetos, memoriais descritivos e demais documentos técnicos necessários.
- Verificação da disponibilidade orçamentária para a contratação.
- Definição e demarcação da área destinada à implantação da brinquedopraça.
- Levantamento das condições do terreno e da infraestrutura existente no local.
- Obtenção das autorizações e licenças eventualmente exigidas pelos órgãos competentes.
- Designação dos servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual.
- Planejamento das medidas de segurança para a área durante a execução da obra.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

12. – **CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES** – art. 26, XI, do Decreto Estadual nº 342/2023

Não há necessidade de adoção de contratações correlatas.

13. – **IMPACTOS AMBIENTAIS** – art. 26, XII, do Decreto Estadual nº 342/2023

A implantação da brinquedopraça poderá gerar impactos ambientais temporários decorrentes da movimentação de solo, utilização de materiais de construção, geração de resíduos e circulação de máquinas e equipamentos.

Para minimizar tais impactos, deverão ser observadas as seguintes medidas:

- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação vigente.
- Controle da dispersão de poeira e de ruídos durante a execução dos serviços.
- Preservação da vegetação existente, sempre que possível.
- Utilização de materiais que atendam aos requisitos de qualidade, segurança e sustentabilidade.
- Recuperação e limpeza da área após a conclusão dos serviços.
- Adoção de práticas que reduzam desperdícios de materiais e recursos naturais.

Considera-se que os impactos ambientais decorrentes da obra são de baixa magnitude, temporários e mitigáveis mediante a adoção das medidas acima descritas.

14. – **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** – art. 26, XIII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Deverá ser providenciada a adoção de medidas cabíveis e necessárias quanto ao correto recolhimento de resíduos da construção civil, assim como garantir que seja dada a destinação ambientalmente adequada.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Os serviços tais como demolição, esquadrias, instalações e reparos estruturais seguirão as determinações constantes no Projeto Básico e/ou especificações técnicos.

A contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT.

15. – EQUIPE RESPONSÁVEL

Aracaju/SE, 22 de abril de 2026

ALISSON SANTOS LIMA
ENGENHEIRO CIVIL
SPP/SEDURBI

VINICIUS ALMEIDA MELO
SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E PROJETOS
SPP/SEDURBI